



PODER

Ministros ressaltam o papel da Corte de guardiã da Constituição e destacam a atuação íntegra do colega, alvo de críticas do Departamento de Estado americano. Magistrado sobe o tom e enfatiza que o Brasil deixou de ser colônia em 1822

STF defende Moraes em reação aos EUA

» LUANA PATRIOLINO

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Moraes: países-membros da ONU seguem unidos na "luta contra o fascismo, o nazismo e o imperialismo"

Exemplo do Ministério das Relações Exteriores, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou um ataque institucional a ofensiva do Departamento de Estado americano contra o ministro Alexandre de Moraes, após a decisão dele de bloquear a rede social Rumble no país.

O STF saiu ontem em defesa do magistrado e do trabalho do Judiciário. O presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, enfatizou que o tribunal continuará a exercer seu papel de guardião da Constituição e da democracia.

"Nós sabemos o que tivemos de passar para evitar o colapso das instituições e um golpe de Estado aqui no Brasil. A tentativa de fazer prevalecer a narrativa dos que apoiaram um golpe fracassado não haverá de prevalecer entre as pessoas verdadeiramente de bem e democratas", declarou. "O Supremo Tribunal Federal continuará a cumprir o seu papel de guardião da Constituição e da democracia. Não tememos a verdade e muito menos a mentira."

Via redes sociais, o decano Gilmar Mendes também se pronunciou e apoiou o colega de Corte. "O ministro Alexandre de Moraes, a quem presto solidariedade, segue atuando com ponderação e destemor para a salvaguarda da ordem constitucional brasileira, sem concessões a interesses que, sabemos, conflitam com as balizas traçadas por nossa Carta Magna", escreveu.

Mais cedo, o ministro Flávio Dino também prestou solidariedade a Moraes. Por meio das redes sociais, destacou que os integrantes do STF, ao tomarem posse no cargo, juram defender a Constituição brasileira.

O magistrado citou o artigo 4º da Carta Magna, que prevê nas relações internacionais autoterminação dos povos, não intervenção, e igualdade entre os Estados. "São compromissos indeclináveis, pelos quais cabe a todos os brasileiros zelar, por isso

manifesto a minha solidariedade pessoal ao colega Alexandre de Moraes", postou.

Na quarta-feira, o Departamento de Estado americano afirmou, em uma plataforma, que as determinações do Judiciário brasileiro contra plataformas digitais são "incompatíveis com valores democráticos". O órgão não citou Moraes, mas a crítica foi direcionada ao ministro (**leia Entenda o caso**).

No mesmo dia, o Itamaraty rebateu a investida. Disse ter recebido a crítica com "surpresa" e que o Departamento de Estado americano "distorce" as decisões do STF. "A liberdade de expressão, direito fundamental consagrado no sistema jurídico brasileiro, deve ser exercida, no Brasil, em consonância com os demais preceitos legais vigentes, sobretudo os de natureza criminal", frisou.

Na sessão de ontem, Moraes elevou o tom contra os EUA. Ressaltou a soberania do Brasil e disse que, no país, está

» Emendas parlamentares

O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, pautou o julgamento em que o plenário vai decidir se confirma a decisão do ministro Flávio Dino que aprovou o plano apresentado pelo Congresso para a indicação das emendas parlamentares, destravando os recursos. A votação será no plenário virtual. O julgamento teve início à 0h desta sexta-feira e se estenderá até 5 de março.

sendo construída, com coragem, uma república independente e com compromisso de lutar contra o fascismo.

"Nosso juramento integral de defesa da Constituição brasileira e pela soberania do Brasil, pela independência do Poder Judiciário e pela cidadania de todos

os brasileiros e brasileiras. Deixamos de ser colônia em 7 de setembro de 1822 e, com coragem, estamos construindo uma República independente e cada vez melhor", sustentou.

Moraes destacou que todos os países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) têm o compromisso de agir "sem discriminação, sem coação ou hierarquia entre estados, com respeito à autodeterminação dos povos e igualdade entre os países".

Ele apontou que essas nações permanecem unidas na "luta contra o fascismo, contra o nazismo e contra o imperialismo em todas as suas formas, seja presencial, seja virtual".

"Com coragem, estamos construindo uma República independente e cada vez melhor, e construindo, com coragem, como sempre lembrado pela nossa eminente ministra Cármen Lúcia, citando Guimarães Rosa, 'o que a vida quer da gente é coragem'", afirmou.

Entenda o caso

Incidente diplomático

O Departamento de Estado dos Estados Unidos (equivalente ao Ministério das Relações Exteriores) criticou, na quarta-feira, a suspensão, no Brasil, de redes sociais norte-americanas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), classificando as decisões como "censura". O órgão afirmou que o bloqueio é "incompatível com os valores democráticos".

Em resposta, o Itamaraty afirmou ter recebido a manifestação "com surpresa" e que "rejeita, com firmeza, qualquer tentativa de politizar decisões judiciais".

Apesar de não citar diretamente o ministro Alexandre de Moraes, do STF, a manifestação faz referência implícita à decisão do magistrado sobre a plataforma de vídeos Rumble.

Na semana passada, Moraes determinou o bloqueio da Rumble no país, sob o argumento de que a rede social cometeu "reiterados, conscientes e voluntários descumprimentos das ordens judiciais, além da tentativa de não se submeter ao ordenamento jurídico e ao Poder Judiciário brasileiros". Ele havia exigido que a empresa indicasse um representante no Brasil.

O bloqueio é por tempo indeterminado, até o cumprimento da ordem judicial e o pagamento de multas. Além disso, o magistrado tinha pedido a suspensão da conta do blogueiro bolsonarista Allan dos Santos na plataforma. O extremista é foragido da Justiça brasileira e alvo de mandado de prisão preventiva por disseminação de desinformação e ataques ao Supremo.

A Rumble e a Trump Media, empresa ligada ao presidente Donald Trump, processaram Moraes nos Estados Unidos, acusando-o de violar a soberania americana. A ação tramita em um

tribunal federal da Flórida. As empresas alegam que o ministro violou a lei americana ao ordenar à Rumble a suspensão da conta de Allan dos Santos.

Rumble e Trump Media entraram com pedido de liminar em um tribunal dos EUA contra Moraes, que foi negado. Na decisão, a juíza Mary Scriven não analisou o mérito da ação, argumentando que as decisões do brasileiro não se aplicam aos Estados Unidos e que não houve qualquer tentativa de impor seu cumprimento em território americano.

No mais recente embate de Moraes com plataformas digitais, o Comitê Judiciário da Câmara dos Representantes dos EUA aprovou, na quarta-feira, um projeto de lei criado para barrar o ministro. O comitê tem atribuições semelhantes à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, e o projeto deve ir a plenário.

O dispositivo "No Censors on our Shores Act" ("Sem censura em nosso território") prevê que autoridades estrangeiras que atuarem contra a liberdade de expressão de americanos sejam impedidas de entrar nos EUA ou possam ser deportadas.

O nome de Moraes não aparece no texto, mas seus autores — os republicanos Darrell Issa e María Elvira Salazar — já o chamaram de "aplicador da censura". Em nota, María Elvira, da Flórida, disse que "o juiz da Suprema Corte do Brasil Alexandre de Moraes é a vanguarda de um ataque internacional à liberdade de expressão contra cidadãos americanos, como Elon Musk", em referência ao dono do X e secretário de Trump. Nesta semana, Musk sugeriu sanções ao ministro.

O projeto que avançou nesta quarta-feira foi apresentado em setembro, pouco depois de o X ter sido suspenso no Brasil por ordem do ministro, após descumprir decisões judiciais.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Rejeição de Lula avança candidatura de Tarcísio

Engana-se quem vê o ex-presidente Jair Bolsonaro como a sombra que ofusca o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O maior concorrente do petista é o Lula do segundo mandato. Esse é o preço de uma campanha eleitoral para voltar ao poder sem um programa de metas de acordo com a nova realidade e calcado no resgate de sua gestão anterior. A "reconstrução" do slogan do governo, em tese, uma crítica ao desmonte das políticas sociais pelo governo Bolsonaro, tem como mensagem subliminar exatamente isso, a volta ao passado de 2010, o que é impossível 15 anos depois.

Lula está na situação do Príncipe que já não pode contar com a Fortuna, um contexto histórico favorável, e depende apenas de suas próprias virtudes para se manter no poder,

como diria o velho e indispensável Nicolau Maquiavel. A conjuntura é completamente adversa, esgotou-se a possibilidade de navegar num ambiente econômico de expansão da globalização e de mudanças demográficas favoráveis (a ampliação do número de pessoas com renda própria nas famílias). Mas ainda há a soberba reinante na "jaula de cristal" do Palácio do Planalto: "Tem gente que só vem aqui para nos ensinar a governar".

A avaliação do governo Lula, que está com rejeição de 41% e 24% de aprovação (Datafolha), contrasta fortemente com a dos governadores dos estados pesquisados pela Genial/Quaest, entre 19 e 23 de fevereiro, que estão com 60% de aprovação, em média. Alguns deles são candidatos declarados às eleições presidenciais de

2026. Casos do governador de Minas, Romeu Zema (Novo); de Goiás, Ronaldo Caiado (União); e do Paraná, Ratinho Junior (PSD), todos em segundo mandato. Eduardo Leite (PSDB) perdeu o bonde e deve se candidatar ao Senado.

Caiado obteve os melhores números da pesquisa. Seu governo é aprovado por 86% dos entrevistados, enquanto apenas 9% desaprovam sua gestão. Mais antigo adversário de Lula nas eleições de 2026, pois também concorreu à Presidência em 1989, a candidatura de Caiado é irreversível. Com o agronegócio, do qual o governador goiano é um líder histórico, seu estado se tornou um eixo dinâmico da nossa economia do sertão. Caiado tem 74% de avaliações positivas, contra 17% de regulares e 4% de negativas.

No Paraná, Ratinho Júnior também tem ampla aceitação, com 81% de aprovação e apenas 14% de rejeição. Na avaliação qualitativa de desempenho, ele aparece com 65% de avaliações positivas,

24% de regulares e 6% de negativas. É candidato à Presidência pelo PSD, apesar das resistências do seu chefe político, Gilberto Kassab, que lhe promete a legenda, mas não o apoio unificado do partido.

Virado à paulista

Zema é outro adversário de Lula em 2026. No segundo colégio eleitoral do país, aparece com 62% de aprovação. A desaprovação está em 30%. Na avaliação qualitativa, ele apresenta um quadro semelhante, com 41% de avaliações positivas, 37% regulares e 14% negativas. Apesar de estar no segundo mandato, o governador mineiro manteve um perfil de candidato antissistema, com narrativas disruptivas em relação à política tradicional. Veste o figurino do mineiro do interior, que tem como maior sofisticação a simplicidade nata e carrega nos diminutivos.

Mas o fantasma que ronda o Palácio do Planalto é a candidatura de Tarcísio de Freitas, que tem

61% de aprovação. A desaprovação do governador paulista é de apenas 28%. Na avaliação qualitativa, Tarcísio tem 41% de avaliações positivas, 34% de regulares e 14% de negativas. Seu chefe da Casa Civil, Kassab, defende sua candidatura à reeleição ao Palácio dos Bandeirantes, mas as pressões da elite paulista, principalmente do agronegócio e do mercado financeiro, a chamada Faria Lima, é para que concorra à Presidência. A queda de popularidade de Lula avança essa candidatura. Se Lula não concorrer à reeleição, a pressão aí será irresistível.

Ontem, Lula e Tarcísio estiveram juntos no lançamento da obra do túnel submerso Santos-Guaruru e trocaram elogios recíprocos à convivência administrativa. Alguns fatores levam Tarcísio a priorizar a reeleição ao governo paulista: a possibilidade de vencer já no primeiro turno, um governo com recursos bilionários para investimentos no seu segundo mandato e o risco de cair do cavalo, como ocorreu com outros governadores

paulistas: Orestes Quéricia (MDB), José Serra e Geraldo Alckmin (PSDB). O caso de João Doria (PSDB) é um ponto fora da curva; remover sua candidatura foi um surto suicida dos tucanos paulistas.

Nada disso, porém, é o verdadeiro obstáculo à candidatura de Tarcísio. O que realmente impede é a dificuldade de remover os demais concorrentes e unificar o centro político contra Lula. Nesse cenário de dispersão, o ex-presidente Jair Bolsonaro pode levar seu filho, o deputado Eduardo Bolsonaro, ao segundo turno. Por essa razão, as forças que apoiaram a reeleição do prefeito Ricardo Nunes (MDB) trabalham para reproduzir seu arco de alianças em níveis nacional e regional. Como? Com Nunes candidato ao Palácio dos Bandeirantes e a entrega da prefeitura ao vice, coronel da Polícia Militar paulista Mello Araujo, homem de Bolsonaro. Eduardo Bolsonaro seria candidato ao Senado e Tarcísio disputaria a Presidência com apoio de Bolsonaro.